

A morte como tema sociológico

Um olhar sobre os fundamentos e a importância do estudo da morte como tema sociológico

Fernando António Oliveira Ribeiro ^[*]
Universidade de Évora
fernandoribeiro.sj@gmail.com

Resumo

Neste trabalho analisam-se sumariamente algumas bases teóricas da sociologia da morte e algumas das suas dimensões sociais. Esta é uma área de estudo, no âmbito da sociologia, à qual consideramos ter sido dada pouca atenção, mas que, e como argumentaremos é, do ponto de vista sociológico, é fundamental na construção social. A morte é um dos factos que mais contribui para pensar a vida e a vida em sociedade. Ter consciência da morte é ter consciência do limite da própria existência e de nossas relações em sociedade. O estudo da morte reveste-se de uma importância particular para compreendermos a dinâmica das sociedades. É também e é ao mesmo tempo um foco difusor dos valores, condutas e representações da totalidade sociocultural em que se insere.

Palavras-Chave: Sociologia da morte, Actitudes perante a morte.

Abstract

In this work, some theoretical bases of the sociology of death and some of its social dimensions are briefly analyzed. This is an area of study, within the scope of sociology, to which we believe that little attention has been paid, but which, and as we will argue, is, from a sociological point of view, fundamental in social construction. Death is one of the facts that most contributes to thinking about life and life in society. To be aware of death is to be aware of the limit of one's own existence and of our relationships in society. The study of death is particularly important for understanding the dynamics of societies. It is also and is at the same time a diffusing focus of the values, behaviors and representations of the socio-cultural totality in which it is inserted.

Key-words: Sociology of death, Attitudes towards death.

Introdução

A morte é uma realidade que se impõe e que se apresenta de enorme relevância para a vida humana. A ideia da morte e o medo que ela inspira, como refere Becker (1973), “*persegue o animal humano como nenhuma outra coisa; é uma das molas mestras da actividade humana – actividade destinada, em sua maior parte, a evitar a fatalidade da morte, a vencê-la mediante a negação, de alguma maneira, de que ela seja o destino final do homem*” (p. iv). O medo da morte é das coisas mais fortes e determinantes que movem o ser humano e por isso a sociedade, que se organiza de diversas formas, seja

para evitar ou atrasar a morte, seja para consolar o que sofre pela perda de alguém, para criar a esperança de uma “vida depois da morte”, ou para fazer reviver o morte através de monumentos, obras de arte e memoriais.

Em todas as sociedades, mesmo nas mais ancestrais, a morte sempre ocupou um lugar privilegiado no seu *modus vivendi*. O inexplicável pede uma explicação. Crentes ou não crentes buscam responder. Para uns tudo termina ali. É um modo de responder. Mesmo que esta seja a crença, a memória perdura e acompanha os vivos. Para outros a morte “abre

portas” para o além, para o culto dos mortos, para a reencarnação, etc. Ou seja, o ser humano não é indiferente perante a morte. O culto dos mortos não é realizado só do ponto de vista religioso, mas também do ponto de vista secular. Exemplo disso são os novos cemitérios que surgem a partir do século XVIII e XIX, locais onde perdura a memória dos “entes queridos” (Catroga, 1993).

Se olharmos apenas para o pensamento ocidental, que sabemos ser influenciado sobretudo por duas grandes tradições, a judaico/cristã e a helênica, verificámos que, desde os primórdios, a morte vem refletida em milhares de escritos, nos monumentos tumulares e na arte que nos foi deixada. Desde os pré-socráticos, aos socrático, passando pelos estoicos, pelos “padres da igreja”, pela escolástica e pelos filósofos da modernidade. No último século filósofos como Heidegger, Foucault, Derrida, Lévinas, Jankélévitch, Ricoeur, são alguns exemplos da reflexão sobre a morte. Veremos como também a sociologia, desde o seu início, e contemporaneamente a estes filósofos, se interessou e estudou o tema da morte.

Heidegger em *Ser e Tempo* diz que a inevitabilidade da morte está inscrita desde o princípio na estrutura ontológica da existência (Gabaert, 1997). Somos seres para a morte. A morte acompanha-nos desde o nascimento e, desta forma, coloca-nos perante o caráter absurdo da existência. O ser humano é assim colocado da possibilidade de deixar de existir e da angústia, que é o medo do nada. Embora esta questão não se coloque com frequência nas análises sociológicas, não poderemos deixar de olhar para ela como um aspeto que se relaciona com a forma como o indivíduo e a sociedade percebem e vivem a morte. Morte e vida são duas faces da mesma moeda. A vida não pode existir sem a morte e vice-versa.

Veremos também como a morte revela os processos sociais e valores culturais mais centrais. Karl (1989) refere que muito do que sabemos sobre as sociedades do passado é baseado em evidências funerárias. Este sociólogo diz ainda que ao estudarmos a psicologia e a sociologia do luto, por exemplo, podemos

obter *insights* sobre os processos que moldam e mantêm a identidade e que ao analisarmos obituários de jornais ao longo do tempo, podem ser feitas inferências sobre a mudança de atitudes em relação à idade, sexo e raça. E, salienta ainda, que as taxas de mortalidade tornaram-se bases de comparações internacionais de desenvolvimento tecnológico, urbanização, estratificação social, humanitarismo, desordem social e poluição.

A pergunta que se coloca é sobre a pertinência e o interesse da morte como tema sociológico. Se sim, de que modo e de que forma este se apresenta como tema de interesse sociológico? Parece óbvio que a morte surja como tema de investigação para a história, para a filosofia, para a medicina, para a antropologia ou para a psicologia. E para a sociologia? O nosso objetivo é mostrar como a morte e as atitudes em relação à morte são geradas socialmente e servem as funções sociais. Observam-se ao longo dos séculos e particularmente nas últimas décadas, como refere Ariès (1988), mudanças significativas nas atitudes perante a morte. Por atitudes perante a morte entendemos os rituais na assistência ao moribundo, nas práticas de enterro, nos túmulos, assim como na relação entre os vivos e os mortos, de que se destaca o luto. Pretendemos neste trabalho analisar a morte como um facto social, vendo a totalidade da sociedade e das suas instituições implicadas. A morte tem também implicações jurídicas, económicas, religiosas, psicológicas, estéticas e simbólicas.

Olharemos, ainda, de forma breve, para algumas das dimensões a ter em conta quando se fala de uma sociologia da morte. Como veremos a morte acompanha, de alguma forma, toda a atividade humana, relações e vida em sociedade. A morte envolve o indivíduo e todas as suas relações sociais (família, comunidade, organizações, etc.) ao longo de toda a vida. Por isso, o pensar da morte não pode deixar de ser um pensar a vida em todas as suas vertentes e possibilidades, e enquanto uma realidade que interage com toda a organização de uma sociedade.

Este tema apresenta alguns desafios e dificuldades. Uma das maiores dificuldades com que nos deparamos é a de pensar e falar da morte do ponto de

vista sociológico tendo em conta a complexidade e abrangência do tema. Por outro lado, sendo a morte um facto social e na qual toda a sociedade está envolvida, parece muitas vezes um tema do foro privado e muitas vezes ignorado enquanto fenómeno social. Fala-se dela com os médicos, com os psicólogos, com os padres, fala-se dela nas finanças ou nas agências bancárias quando há que tratar de documentação, fala-se dela nas agências funerárias, fala-se dela em tempos de pandemia, mas dificilmente ela se apresenta como um tema de reflexão e discussão social, onde todas dimensões da vida social são tidas em conta.

Salientamos ainda que, aquela que é uma dificuldade, é ao mesmo tempo um desafio para uma sociologia que pensa a vida em sociedade de forma holística. Diante do fenómeno da morte deparamo-nos com a riqueza de um enorme e abrangente quadro de análise social.

1. Morte: um fenómeno social

A morte é talvez um dos mais significativos fenómenos sociais e culturais de todos os tempos. Edgar Morin no livro “O homem e a Morte” (1980), diz-nos que:

«A sociedade funciona não apenas apesar da morte e contra a morte, mas também que só existe enquanto organização, pela morte, com a morte e na morte. A existência da cultura, isto é, dum património colectivo de saberes (saber fazer, normas, regras organizacionais, etc.) só tem sentido porque as gerações morrem e é constantemente preciso transmiti-la às novas gerações. Só tem sentido como reprodução, e este terreno assume o seu sentido pleno em função da morte.» (pp. 10-11)

A morte acompanha a vida humana do seu nascimento ao fim; porque paira no horizonte; porque se apresenta como um fim do ser; porque é visível através da morte do outro, impulsionando muitas das realizações sociais e culturais das nossas sociedades. Neste sentido ela está, ainda que não seja falada, no agir do ser humano em sociedade.

Kearl (1989) salienta que a morte contribui de muitas maneiras para o reforço e mudança da estrutura social; limitando o crescimento populacional, fortalecendo os laços de solidariedade social, e permitindo a mobilidade ascendente dos jovens. A morte é um factor de transformação e integração social. Este autor faz notar ainda que o conhecimento individual e o medo da morte são condicionados pelo ambiente social. Nem todas as culturas e nem todas as sociedades experienciam a morte da mesma forma.

Elias (2001) diz que a ideia da morte e os rituais correspondentes são um aspecto da socialização. “*Ideias e ritos comuns unem pessoas; no caso de serem divergentes, separam grupos*” (p. 8). Wach (1990) salienta também a importância da função sociológica do culto, ao qual está relacionada a morte, dizendo que “*os actos culturais tendem a conectar e unir aqueles que se acham animados pela mesma experiência central*” (p. 56).

Num estudo, de Maria José Villa-Lobos (1996), sobre as “Actitudes perante a morte numa aldeia da Beira Baixa”, esta socióloga salienta que “*o estudo da morte reveste-se de uma importância particular para compreendermos a dinâmica das sociedades, uma vez que podemos até considera-la como o foco difusor dos valores, condutas e representações da totalidade sociocultural em que se insere, penetrando enquanto facto social total nas diversas esferas da realidade*”.

Segundo Tony Walter (2008), Durkheim fornece a base para uma sociologia da morte: “*Quando alguém morre, o grupo a que pertence se sente diminuído e, para reagir contra essa perda, ele se reúne. Sentimentos colectivos são renovados, o que leva os homens a buscarem uns aos outros e a se reunir*” (Durkheim 1915, p. 339). Exemplos disto foram as respostas sociais aos atentados em França, Espanha, Bélgica ou Inglaterra, onde as pessoas se juntaram em vigílias. O mesmo tinha verificado no atentado de 11 de setembro, em Nova York, onde milhares de pessoas se juntaram para manifestar que junto serão mais fortes e vencerão a morte. De igual forma este fenómeno se tem verificado neste tempo de pandemia COVID 19, onde a morte e os seus receios uniram a sociedade. Os governos tomaram medidas de confinamento, os cientistas reforçaram o seu trabalho na descoberta urgente de uma vacina,

e as pessoas uniram-se em manifestações de pesar pelas mortes. Tudo isto transmitido em directo e ao vivo pelos nossos órgãos de comunicação social. “*É justamente quando grupos - de famílias a nações - se esgotam pela morte que elas se reconstituem, simbolicamente e na prática*”, diz Walter (2008, p. 317).

Weber, embora nunca tenha realmente lidado com a questão da morte são, no entanto, muitos os teóricos que usam a sua definição de racionalização e mostraram que ela pode ser estendida à forma como a sociedade lida com a morte (Ward, 2003). Weber focou-se na racionalização do mundo onde uma sociedade se torna dominada por normas culturais de eficiência, do cálculo, da previsibilidade e do controle, resultando em racionalização desumanizante (Ward, 2003, pp. 928-929). Contudo Walter (2008) diz que Weber também privilegiou a resposta humana à morte através de uma forma particular de crença na vida após a morte, ou seja, a crença puritana na predestinação, era para ele a chave para o desenvolvimento do capitalismo.

Berger (1969) assumiu que “*toda sociedade humana é, em última instância, homens unidos em face da morte; criamos ordem social para evitar o caos e a anomia trazidos pela morte*” (p.52). Willmott (2000), entretanto, argumenta que é o contrário: “*a etno-metodologia mostrou que criamos um senso de ordem por meio da interação social cotidiana, e essa ordem social é interrompida pela morte*” (p. 656). Apesar destes desenvolvimentos, Walter (2008) considera que, em geral, os sociólogos depois de Durkheim deixaram de tornar a morte o centro de sua compreensão da sociedade. Segundo este sociólogo os estudiosos que pesquisaram os aspectos sociais da morte foram marginais para a sociologia.

Ao mesmo tempo autores como Bauman considera que o tema da morte parece ter ganho o seu espaço e relevo dentro dos estudos sociológicos. Diz Bauman (1992) que “*a sociologia da morte e do morrer cresceu e agora é um ramo da ciência social, armado com tudo que uma disciplina académica precisa para garantir sua sobrevivência – um corpo de literatura próprio, uma rede de endereços universitários, periódicos e conferências*” (p.1).

2. Morte: diálogo multidisciplinar

O tema da morte é ancestral e tem sido motivo de grandes reflexões e representações ao longo da história da humanidade, em áreas tão diversas como a filosofia, a teologia, a história, a psicologia, a economia, e a sociologia, entre outras. Este é também um tema com enorme relevância nas artes; como a pintura, a escultura, o teatro, no cinema ou na fotografia, para além da literatura. Algumas das principais obras literárias, arquitectónicas ou escultóricas foram motivadas pelo tema da morte. Veja-se por exemplo as esculturas que ocupam as praças centrais de muitas das nossas cidades, que nos recordam os feitos heroicos e a relevância social de um determinado personagem normalmente com alguma relevância histórica.

A morte como fenómeno sociológico necessita, para o seu estudo, de ser feito de forma multidisciplinar e transdisciplinar. Como veremos a morte envolve todas as dimensões sociais da vida humana. A importância de estudar os fenómenos sociais em diálogo com outras disciplinas foi, de um modo particular, trabalhada por Norbert Elias (1994a, 1994b, 1993), que insistiu na importância de transpor, no trabalho sociológico, fronteiras disciplinares e fronteiras que têm em conta o sujeito e as suas emoções.

Da importância da multidisciplinaridade também nos dá conta o sociólogo Tony Walter, num artigo sobre a sociologia da morte – “The sociology of death” (2008). A abordagem sociológica da morte não pode prescindir de um diálogo de disciplinas como a história, a antropologia, a filosofia, a economia, a psicologia, a religião, entre outras. Gostaríamos, desde o início deste trabalho, de sublinhar a ideia de que refletir sobre a morte e as suas implicações sociais devem ter presente uma visão holística sobre o ser humano; que é um ser biológico, social, com uma história, mas também um ser individual, com desejos, receios e inquietações.

3. Evolução das actitudes perante a morte no Ocidente

Veremos agora, de forma sumária, a evolução das actitudes perante a morte no ocidente, que nos ajudará a compreender o potencial social do tema da morte e abrir caminhos para uma continua investigação sobre o tema. Ariès (2003) foi quem melhor sistematizou a evolução das actitudes do homem ocidental perante a morte. No seu livro sobre a “História da Morte no Ocidente” desde a Idade Média, mostra-nos como se passou da “morte familiar”, “domesticada”, na Idade Média, para a “morte interdita”, “repelida”, dos dias de hoje. Acompanhados por este autor acenaremos alguns aspectos que nos parecem mais relevantes no modo como a actitude perante a morte foi evoluindo ao longo destes séculos.

3.1. A morte domada

A morte era, aos olhos do homem da Idade Média, um sono profundo que só teria fim com o Grande Despertar, no Fim dos Tempos, para a vida eterna. Assim como se nascia na cama, morria-se na cama e ambos os momentos tinham caracter coletivo. A morte era esperada no leito e era uma cerimónia pública e organizada. Organizada, como refere Ariès (2003), pelo próprio moribundo, “*que a preside e conhece o seu protocolo*” (39). Elias (2001) afirma que a morte, em épocas mais antigas, era muito mais pública do que hoje. Isto porque era muito menos comum que as pessoas estivessem sozinhas. Deste acontecimento publico, e, portanto, mais sociável que hoje, era comum as crianças estarem presentes. Ariès (2003) refere que até ao século XVIII não há representação de um quarto do moribundo sem crianças. A esta morte, assim familiar, Ariès chama-lhe a “morte domada”. Uma outra das características desta morte era a coexistência dos vivos e dos mortos. Os vivos estavam tão familiarizados com os mortos quanto com a sua vida. Importa referir ainda que, neste período da “morte domada”, os ritos da morte eram aceites e cumpridos de modo cerimonial, mas sem carácter dramático ou gestos de emoção

excessivos. Mais tarde este aspecto ir-se-á alterar profundamente.

A coexistência dos vivos e dos mortos também se relaciona com as sepulturas. Ao longo de praticamente toda a Idade Média os mortos eram sepultados junto das igrejas ou nas próprias igrejas. As sepulturas não eram individualizadas. Corpos eram depositados em valas comuns, envoltos em sudários e sem caixão. O importante não era a distinção exacta dos ossos, mas o estar perto dos santos ou na igreja. Os cemitérios eram locais habitados, onde se construía casas. Estes locais gozavam de certos privilégios fiscais e dominiais. Tornaram-se locais de comércio, de dança e de jogos, simplesmente pelo prazer de estar juntos, diz Ariès (2003). Ainda hoje, no Egipto, a “Cidade dos Mortos”, ou nas Filipinas, o “Cemitério do Norte”, são um exemplo contemporâneo da coexistência entre um local onde se sepultam os mortos e onde vive milhares de pessoas, com as suas ruas e comércios. A dança e o jogo também fizeram durante séculos parte do processo de socialização junto do morto. É só no século XIII, em 1231, no concílio de Rouen, que vem a ser proibida a dança e o jogo, no cemitério ou na igreja (Ariès, 2003). Neste contexto os vivos estavam tão familiarizados com os mortos quanto com a sua própria morte.

3.2. Morte interdita

A atitude perante a morte foi-se alterando lentamente desde a Alta Idade Média até meados do século XIX. Esta atitude é aquela que marca, segundo Ariès (1988), a atitude contemporânea da sociedade diante da morte. Antes a morte era vivida na esfera familiar e do conhecimento publico e hoje é em geral vivida como um interdito e motivo de esconhecimento. Diz Ariès (1988) que na origem deste fenómeno está a tendência para esconder do moribundo a gravidade do seu estado e a poupá-lo da dor. Ao mesmo tempo este incomodo é também poupado à sociedade, “*admite-se agora que a vida é sempre feliz ou deve parece-lo sempre*” (p. 56).

Para uma parte considerável da sociedade a morte está bem distante. Concorrem para esta profunda alteração social os progressos na ciência médica, as medidas práticas para elevar o padrão de higiene e o grau relativamente alto de pacificação interna nessas sociedades mais desenvolvidas (Elias, 2001). Noutros tempos as pandemias, a falta de higiene e as guerras frequentes tornavam a consciência da morte algo mais próximo.

Nunca como hoje as pessoas morreram tão sós e tão silenciosamente. Morre-se hoje higienicamente, sem odores, em hospitais cujas rotinas compõem uma estruturação social para o evento do morrer, tornando-o um acontecimento amorfo. Diz Elias (2001) que *“nunca antes na história da humanidade os moribundos foram afastados de maneira tão asséptica para os bastidores da vida social: nunca antes os cadáveres humanos foram enviados de maneira tão inodora e com tal perfeição técnica do leito de morte à sepultura”* (p 18).

Em Portugal as estatísticas mostram que os hospitais e os asilos são os lugares onde mais se morre hoje. Segundo um estudo de Gomes e al. (2013), em 2010, em Portugal, 61,7% dos óbitos tinham ocorrido em hospitais/clínicas, e 29,6% em domicílios. Dez anos antes, em 2000, as percentagens eram de 54,2% e 35,8% respetivamente. Como vemos a tendência é para que cada vez se morra longe da própria casa. Hospitais e clínicas são os locais que prestam cuidados que já não são possíveis, em muitos casos, em casa. A morte é assim cada vez mais “confiada” à técnica e distante do outro.

Com a morte interdita são também os ritos funerários e os rituais de despedida que são modificados. É esvaziada a sua carga dramática (Ariès, 1988). Deixa de haver tempo para a despedida, para narrar a vida e fazer memória, e para deixar os desejos futuros. A morte deve passar despercebida. As cerimónias devem ter um carácter discreto e deve ser evitado o pretexto para qualquer emoção. Também as manifestações de luto são condenadas. Este deve ser solitário e envergonhado. As visitas ao tumulo são realizadas com menor frequência. Disso nos dava conta, por estes dias, o responsável pelos cemitérios de Évora, referindo que as pessoas vêm cada

vez em menor número, seja no dia do funeral, seja ao longo do ano para visitar e assear as campas.

Uma outra novidade que surge e se vai tornando cada vez mais generalizado, é a da inceneração e cremação do cadáver. Ariès (1988) refere que *“a inceneração é interpretada como meio mais radical de fazer desaparecer e esquecer tudo o que possa restar do corpo, de o anular”* (p. 58). No entanto, é de notar que este fenómeno se verifica sobretudo nas grandes cidades o que pode indicar que há outros factores, como o espaço para as sepulturas nos cemitérios e factores relacionados com a higiene. Em Portugal as cremações representavam, em 2013, cerca de 6% dos serviços fúnebres, embora em Lisboa, em 2016, ultrapassassem já o número de funerais tradicionais em sepulturas ou jazigos, atingindo os 53% (Público, 2016).

4. Algumas dimensões relevantes para uma sociologia da Morte

Como falamos e veremos a morte envolve toda a vida humana e influencia, de alguma forma, toda a vida humana em sociedade. Sem pretendermos ser exaustivos, assinalaremos de seguida alguns âmbitos onde a morte se reflete como uma questão relevante.

4.1. Uma questão demográfica

A demografia analisa a dinâmica populacional tendo em conta a natalidade, mortalidade, migrações e envelhecimento. Esta dinâmica demográfica é fundamental para o desenvolvimento e económico e social de qualquer sociedade. As sociedades ocidentais, e concretamente Portugal, têm vindo a sofrer, ao longo das últimas décadas, de um decréscimo da população ao mesmo tempo que a população está cada vez mais envelhecida. Nascem menos pessoas e morre-se mais tarde.

Em 2011 a população portuguesa era de 10.557,6 e em 2019 era de 10.286,3. Ao longo do século XX, em Portugal, a esperança de vida à nascença mais do que duplicou. Em 1920 era de 35,83 anos para os homens e 40,06 para as mulheres. Em 2012, quase um século depois estes valores aumentaram para 77,25 e 83,38 anos, respetivamente (Coelho e Nunes, 2015). Em 2019 estes valores eram de 78,7 para os homens e 84,8 para as mulheres (FFMS, 2019). Se durante quase toda a história da humanidade se morria antes de alcançar a longevidade máxima, hoje morre-se cada vez mais tarde e, muitas vezes, morre-se ao fim de um tempo prolongado de luta contra a doença. O que trás grandes consequências sociais: quem cuida dos idosos? Onde? Quem paga? Tudo isto tem obrigado a sociedade a organizar-se de modo a garantir que os idosos e o moribundo possa ter um “bom final de vida”.

Estes progressos, que permitem ao ser humano viver cada vez mais anos, são um avanço extraordinário, mas, e ao mesmo tempo, levantam grandes questionamentos. São um avanço extraordinário, primeiro, porque permitem que se usufrua de mais tempo de vida, de fazer mais coisas, e de fruir com o mundo (a natureza, as pessoas, a arte, etc.) e, em segundo lugar, porque respondem ao “misterioso” desejo humano de eternidade. Ao mesmo tempo os progressos científicos que permitem ao ser humano viver mais anos trazem novos desafios e novas dificuldades em enfrentar a morte. Morresse cada vez mais longe e só, e morre-se cada vez mais dependente dos outros e de meio tecnológicos que, com frequência, prolongam a vida para lá do razoável, prolongando em muitos casos o sofrimento. Morre-se assim, como veremos abaixo, cada vez mais em hospitais ou clínicas. O prolongar a vida desta forma trás também grandes desafios ao Serviço Nacional de Saúde, à necessidade de técnicos, e à sua sustentabilidade.

4.2. Uma questão económica

A morte é também uma questão relevante para a economia. Em primeiro lugar porque é um negócio

(veja-se as funerárias, os hospitais e as clínicas) e em segundo porque tem efeitos no número de pessoas activas e pensionistas. O balanço entre a população activa e não activa, e para a qual, entre outros factores, é preponderante o número de nascimentos e de mortes, é fundamental para assegurar a sustentabilidade económica de um estado. O aumento de pensionistas, que aumenta com o aumento da esperança de vida, levanta grandes questionamento relativamente à sustentabilidade do “Estado Social”, seja pelas reformas ou pelos gastos com a saúde. A população activa, em Portugal, em 2008, era 5.534,6, altura em que atingiu o seu número mais elevado nas últimas décadas, e em 2020 era de 5.161,1 (FFMS, 2021). A tendência desde 2008 tem sido para diminuir o número de pessoas que trabalham e fazem os seus descontos.

A morte é também cada vez mais um negócio e que envolve muito dinheiro, seja na implicação que esta tem nas heranças, seja na indústria funerária e hospitalar. Em Fevereiro de 2017 o Jornal Expresso publicou um artigo onde se dizia que os portugueses gastam 200 milhões de euros por ano em funerais e que há que pague 20 mil euros por um funeral (Marques, 2017).

Outra questão igualmente relevante do ponto de vista económico é questão das partilhas e heranças que, aliás, está legislada pelo Código Civil (Decreto-Lei nº 47344). Sem pretensão de desenvolvermos o que diz o código, gostaríamos só de salientar que a sociedade julgou por bem colocar leis que protejam e sejam justas para os herdeiros. Ou seja, a morte tem também implicações do ponto de vista jurídico e nas heranças.

4.3. Uma questão de desigualdades

Gostaríamos, de modo sumário, de assinalar algumas desigualdades na morte. É verdade que diante da morte todo o ser humano se apresenta, até certo ponto, numa situação de igualdade. Morreu e aquele que morreu nada mais pode acrescentar a si. No entanto no processo de morrer (acesso aos cuidados

de saúde, hospitais, casas de acolhimento, possibilidade de fazer determinados tratamentos) e nos rituais fúnebres e sepultura, registam-se diferenças significativas, e que, muitas vezes, estão dependentes das condições económicas. Anteriormente já assinalamos algumas das consequências económicas da morte e que se refletem também nas desigualdades no morrer e na morte.

4.3.1. Morrer em casa vs morrer num hospital/clinica/lar

Morrer em casa parece ser, hoje, uma opção para muito poucos, embora seja a preferida da maioria. Segundo um estudo de Gomes e al. (2013), em 2010, 61,7% dos óbitos tinham ocorrido em hospitais/clínicas, e 29,6% em domicílios. Dez anos antes, em 2000, as percentagens eram de 54,2% e 35,8% respetivamente. Estes resultados mostram uma tendência para um aumento de mortes que ocorrem fora de casa. No entanto, mostra o mesmo estudo que a maioria das pessoas prefere morrer em casa (51%), contra 36%, que diz preferir morrer numa unidade de cuidados paliativos e 8% num hospital.

Morrer em casa é hoje cada vez mais difícil e custoso. A investigadora Barbara Gomes refere que há uma desigualdade social neste tema e que morre em casa quem tem mais recursos (Henriques, 2021). Morrer em casa implica ter condições: meios técnicos, profissionais de saúde e muitas vezes disponibilidade de um familiar que prescindia do seu trabalho. A falta de equipas do Serviço Nacional de Saúde, implica que se tenha de recorrer a privados, o que não é para toda a gente.

4.3.2. A Morte na cidade e no campo

Para além das desigualdades referidas parece também existirem diferenças significativas entre o morrer na cidade e no campo, ou seja, em grandes centros urbanos ou em pequenas aldeias. Estas diferen-

ças são visíveis sobretudo no acompanhamento do moribundo, nos rituais de despedida, na sepultura e nos cemitérios. Kellehear (2016) refere que entre a vida urbana e a vida rural existe diferenças significativas: entre os camponeses e agricultores as relações sociais são mais estreitas, cara a cara, em escala reduzida e familiar. As pessoas nessa situação são, na maioria, social e economicamente parecidas. Já na cidade, as relações sociais ocorrem num contexto de população maciça. “Essa vida urbana – às vezes designada como “anónima” da vida nas cidades – é uma função da rápida proliferação dos papéis ocupacionais especializados” (p. 271).

Carlos Almeida, presidente da Associação Nacional de Empresas Lutuosas (ANEL), salienta que, em Portugal, as cerimónias fúnebres estão a mudar para um modelo mais privado e íntimo (Público, 2016) e que estas diferenças diferem entre os meios urbanos e os meios rurais. Nos meios mais urbanos a tendência é para que as pessoas participem do falecimento às pessoas mais chegadas. Tendem a não querer tanto um funeral em que as pessoas se solidarizam e apareçam. Enquanto nos meios rurais o funeral ainda é considerado um acontecimento social.

4.3.3. Funerais e jazigos funerários

Um outro aspecto onde se verifica a desigualdade no morrer é nos serviços prestados pelas agências funerárias na preparação do corpo do defunto, nas exéquias e nos jazigos funerários, onde se manifestam diferenças sociais e económicas do defunto e da sua família. Um funeral em Portugal tem um custo médio de 1770 euro, mas pode ir aos 17.690 euros (Marques, 2017).

O cemitério é um espaço privilegiado da representatividade de práticas funerárias (sepultamento e enterro), e de como essas práticas podem representar uma riqueza visual fornecendo elementos sobre os rituais fúnebres e os valores sociais que representam. De alguma forma o cemitério é um espaço que reflecte a sociedade dos vivos. Há arruamentos, ár-

vores a ladear as ruas, e “moradas”, umas mais sumptuosas e outras mais simples. Nestas “moradas” estão inscritos os nomes dos “moradores” e em muitos casos até com sinais das suas profissões.

4.4. Uma questão religiosa

Desde os primórdios da humanidade que a morte e a religião estão intimamente relacionadas. A religião teve, em praticamente todas as culturas e durante quase toda a história, o monopólio do conhecimento sobre a morte e a vida após a morte. Ao mesmo tempo, as instituições religiosas são aquelas que, durante séculos, administraram a vigília da morte e o ritual funerário, supervisionando os cemitérios e estruturando os papéis de luto dos sobreviventes (Kearl, 1989). No entanto, e como refere ainda este autor, “*Com a secularização, as inovações médicas e a predominância de mortes naturais na velhice, o controle da religião sobre as questões dos moribundos e dos mortos aparentemente enfraqueceu. A religião agora compartilha a sua responsabilidade de definir e administrar a morte com a medicina, a ciência e a filosofia*” (p. 170).

No que se refere à morte e à sua secularização, no ocidente, verificam-se várias rupturas e mudanças na forma como a morte é vivida, preparada e celebrada. Segundo Melo (2019), tanto a morte como seus símbolos passam por um processo de mudança e ressignificação. O processo de ressignificação sobre a ideia da morte e seus símbolos estão intimamente ligados com o processo de modernização pelo qual a sociedade está envolvida. A morte que, antes, era vista como algo natural e ancorada pela dimensão religiosa, hoje é muitas vezes substituída por um culto à memória não necessariamente sagrado.

Silva (2017) considera, no entanto que a perda do lugar de predominância do religioso no rito não é suficiente para diminuir a sua prática nem para fazê-lo desaparecer. Diz esta autora que o que aconteceu, foram mudanças na estrutura e nas ações que circundavam a sua realização. Nesse processo, o que continuava imprimindo obrigatoriedade ao ritual de

morte não era mais aquela convenção social rígida existente no período anterior. Contudo, a velha necessidade de transformar o morto em morto e de colocá-lo no seu novo lugar persistiu, o que garantiu a permanência das ritualizações. Em Portugal, a grande maioria das pessoas continua a desejar ter um funeral cristão. O coordenador dos cemitérios de Évora, numa entrevista realizada no dia 26 de abril, deu-nos conta que praticamente todos os funerais que se realizam nesta cidade têm cerimónias religiosas, e que, na grande maioria, são cerimónias católicas.

Um outro aspecto que gostaríamos de referir é relativamente ao moribundo e todo o processo que antecede a sua morte que, em muitos casos, é acompanhado por questões relacionadas com a transcendência, com o sentido da vida e com fé. Antes demais, porque, diante da morte, nos deparamos com um desejo de eternidade e imortalidade. O filósofo Hans Jonas (2017), diz que “sentimos que a temporalidade não pode ser toda a verdade” (p. 309). A eternidade é dos aspectos doutrinários fundamentais em praticamente todas as religiões. Na sociedade ocidental e em particular a sociedade portuguesa, a tradição judaico-cristã, dita uma forma de olhar para a morte. Este olhar para a morte, cristão, diz-nos que a vida não acaba com a morte. Na oração do Credo cristão, que sintetiza as principais verdades de fé diz que «... espero a ressurreição dos mortos e a vida do mundo que há-de vir». Esta doutrina teve e tem um forte impacto nas sociedades cristãs e na forma como estas se relacionam com morte.

4.5. Uma questão ritual

Observam-se ao longo dos séculos e particularmente nas últimas décadas, como refere Ariès (1988), mudanças significativas nas atitudes perante a morte. Por atitudes perante a morte entendemos os rituais na assistência ao moribundo, nas práticas de enterro, nos túmulos, assim como na relação entre os vivos e os mortos, de que se destaca o luto.

A sociedade ocidental, e concretamente a sociedade portuguesa, continua, nas actitudes perante a morte, a ser fortemente marcada pelo cristianismo e pelas suas práticas. Observa-se, no entanto, que a secularização e a racionalização têm impulsionado grandes mudanças nos espaços cemiteriais, nas práticas funerárias vinculadas, assim como nas actitudes perante a morte e na visão que se possui sobre a morte. Estas são notórias no acompanhamento do moribundo, nos “ritos de enterro” (realizados para dar conta do corpo morto) e nas “ritualizações de luto” (Silva, 2017).

As actitudes perante a morte na sociedade contemporânea portuguesa está em constante transformação, mais ou menos lenta. Ainda que, dizemos nós, “somos um país de brandos costumes”, paulatinamente as influências liberais, românticas, o individualismo e o secularismo que daí advêm, penetraram na nossa cultura introduzindo novas (modernas) actitudes perante a morte. Isso é notório na vivência dos rituais. Numa primeira fase nos meios urbanos e que, depois, se foi alargando aos meios rurais. É hoje perfeitamente normal que os corpos sejam velados em locais dessacralizados, ou até que se prescindam dos tradicionais rituais de despedida. É também perfeitamente normal que alguns funerais prescindam de cerimónias religiosas ou que os corpos sejam cremados, prática que se torna cada vez mais usual. O ritual em muitas situações foi substituído por uma ritualização.

Segundo Silva (2017) a substituição do termo “ritual” pela expressão “ritualização” não significa só uma mudança de palavras. A ritualização rompe com o rito clássico que exigia tradicionalidade, repetição e formalidade. Era, por exemplo, um ritual os familiares vestirem o morto ou abrirem as portas de casa para acolherem familiares e vizinhos para velarem o corpo, hoje os corpos são praticamente todos velados em locais apropriados, normalmente próximos de igrejas ou até nas próprias igrejas. Estes rituais deram lugar a outras práticas e actitudes perante a morte. A ritualização como refere Marques (2003) gera uma modificação do significado do comportamento inicial que perde a finalidade primi-

tiva passando a assumir uma expressão apenas expressiva ou de sinalização.

Considerações finais e Perspectivas Futuras de investigação

Neste trabalho procuramos mostrar a pertinência e a abrangência do estudo sociológico da morte. Como vimos a morte está presente, implícita ou explicitamente, nas várias dimensões da vida humana e da vida em sociedade (família, economia, religião, estado, organizações...). Quando falamos de morte, referimo-nos e aos efeitos e implicações que esta produz na vida do indivíduo e da sociedade; que se depara com a morte do outro, que pensa a sua própria morte e que se organiza para responder aos problemas e questionamentos que daí advêm, sabendo nós que não é a morte, mas o conhecimento desta que desafia os seres humanos.

A morte é antes demais um questionamento do indivíduo. Somos “lançados no mundo” e sabemos que no horizonte paira um fim. Um fim que nos interroga, nos provoca e nos organiza. A morte e a finitude apresentam-se como um limite e o limite impulsiona a sociedade a pensar-se e a organizar-se. Criam-se soluções para diminuir o número de mortos e para prolongar a longevidade. Por isso diz Elias (2001) que “*ideias da morte e os rituais correspondentes tornam-se um aspecto da socialização*” (p. 8). Se repararmos com atenção uma boa parte das leis dos chamados “Estados Desenvolvidos” são para promover a vida, longa e de qualidade. O opositor é a morte. A sociedade organiza-se, e talvez este seja o grande motor do desenvolvimento humano, a “luta contra a morte”.

Como também podemos verificar, a morte e as actitudes perante esta não são estanques. O indivíduo e a sociedade foram vivendo as várias dimensões da morte e dando resposta diferentes ao longo dos séculos. Hoje a morte tende a ser vivida mais na esfera privada, distante dos holofotes, segundo Ariès (1988) e Elias (2001) da sociedade. Há uma tendência para esconder do moribundo a dor e para es-

conder esta dor dos vivos, segundo estes autores. Ao mesmo tempo nunca a morte foi tão divulgada e conhecida. A globalização da informação permite que acompanhem, muitas vezes em directo, a morte. Veja-se as imagens diárias das guerras que proliferam pelo mundo, e veja-se o acompanhamento do final de vida ou da morte de pessoas famosas. Esta é uma questão para futuras investigações. Se é verdade que a morte é, num certo sentido, afastada dos holofotes da vida social, ao mesmo tempo prolifera de forma “pornográfica”, para usar uma expressão de Gorer (1955), ou de forma romântica, através de um sentimentalismo saudoso.

Referências bibliográficas

- Ariès, P. (1988). *História da Morte no Ocidente*, Lisboa, Teorema.
- Bauman, Z. (1992). *Mortality, Immortality and Other Life Strategies*, Cambridge, Polity press.
- Becker, E. (1995). *A negação da morte*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Berger, P. (1969). *The Social Reality of Religion*. London, UK: Faber.
- Catroga, F. (1993). “Morte romântica e religiosidade cívica”, in: Torgal, L., Coelho, E. e Nunes, L. (2015). *Evolução da Mortalidade em Portugal desde 1950*, Revista de Estudos Demográficos, INE, pp. 5-30. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boni=284001557&ESTUDOSmodo=2. Consultado em 5/04/2021.
- Durkheim, E. (1915). *The Elementary Forms of the Religious Life*. London, UK: Unwin.
- Elias, N. (2001). *A solidão dos moribundos: seguido de envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar.
- FFMS (2019). *Esperança de vida à nascença: total e por sexo*. Lisboa: PORDATA. Consultado em: 5 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Europa/Esperança+de+vida+à+nascença+total+e+por+sexo-1260>.
- FFMS (2021). *População activa: total e por sexo*. Lisboa: PORDATA. Consultado em maio, 19, 2021. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/População+a+ctiva+total+e+por+sexo-28>
- Gevaert, J. (1980). *El problema del hombre: introduccion a la antropologia filosófica*. Salamanca: Ediciones Sigueme.
- Gorer, G. (1955). *The pornography of death*. Disponível em: <http://www.unz.org/Pub/Encounter-1955oct-00049>. Consultado em: 12/03/2021.
- Gomes et al. (2013). *Local de morte e preferências em Portugal (2010)*, Acta Med Port 2013 Jul-Aug;26(4): 327-334. Disponível em: <https://actamedicaportuguesa.com/revista/index.php/amp/article/viewFile/429/3706>.
- Henriques (2021). Agora sou eu: é preciso coragem para morrer em casa, *Jornal Público*, 4 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/04/04/sociedade/noticia/preciso-coragem-morrer-casa-1956569>
- Jonas, H. (2017). *El principio de la vida – Hacia una biologia filosófica*. Editorial Trotta.
- Kearl, M. (1989). *A Sociology of Dead and Dying*, New York, Oxford University Press.
- Kellehear, A. (2016). *Uma história social do morrer*, São Paulo, Ed. UNESP.
- Lusa (2016). *Funerais em Portugal estão mais privados, impulsionados pela cremação*. Público (2016, abril, 14). Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/04/14/sociedade/noticia/funerais-em-portugal-estao-mais-privados-impulsionados-pela-cremacao-1729048>

Marques, N. (2017). O negócio da morte. *Jornal Expresso*. Disponível em:
<https://expresso.pt/sociedade/2017-02-26-O-negocio-da-morte>

Marques, P. (2003). Ritualização, *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, Edição Século XXI. Lisboa / São Paulo: Ed. Verbo, 25, col. 661.

Melo, Á. A. (2019). *És o que fomos, serás o que somos: o processo de resignificação dos espaços cemiteriais e das práticas funerárias*. (Tese de Doutorado) Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. Disponível em:
https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/181552/melo_aa_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y

Morin, E. (1980). *O Homem e a Morte*, Publicações Europa-América.

Silva, A. (2017). Tradicional e Pacífico, Contemporâneo e Interdito: o Discurso Francês dos Ritos de Morte, Avá. *Revista de Antropología*, n.º 30, 2017, Universidad Nacional de Misiones, Argentina. Disponível em:
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=169056988002>

Villa-Lobos, M.J. (1996). *Actitudes perante a morte numa aldeia da Beira Baixa*. Actas do III Português de Sociologia, Associação Portuguesa de Sociologia. Disponível em: https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR492ebbd31ae49_1.pdf

Wach, J. (1990). *Sociologia da Religião*, São Paulo, Edições Paulinas.

Walter, T. (2008). *The Sociology of Death*, Sociology Compass, Volume 2, Issue 1, pp. 317-336.

Ward, J. (2003). *Weber, Max* (pp. 928-929), Macmillan Encyclopedia of Death and Dying, Vol. I, New York, Macmillan Reference USA.

Willmott, H. (2000). “Death: So What? Sociology, Sequestration and Emancipation.” *Sociological Review* 484: 649–65.

Nota

[*] Doutorando do Programa de Doutoramento em Sociologia da Universidade de Évora